



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000759244

0007668-75.2022.8.26.0996

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0007668-75.2022.8.26.0996, da Comarca de Presidente Prudente, em que é agravante ERNANDE SALES DE OLIVEIRA, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NÚOVO CAMPOS (Presidente) E RACHID VAZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 20 de setembro de 2022.

ULYSSES GONÇALVES JUNIOR

Relator

Assinatura Eletrônica

Agravo de Execução Penal 0007668-75.2022.8.26.0996

Juízo de origem: Presidente Prudente/DEECRIM UR5/Unidade Regional de Departamento Estadual de Exec

Agravante: Ernande Sales de Oliveira

Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Juiz de 1ª Instância: José Augusto Franca Junior

Voto nº 4.701

Cuida-se de recurso de agravo de execução penal interposto por **Ernande Sales de Oliveira** contra a decisão colacionada às fls. 22/24 dos autos de Execução nº 0004889-39.2021.8.26.0041, proferida em 6/6/2022, pelo MM. Juíz de Direito do DEECRIM da 5ª RAJ da Comarca de Presidente Prudente - SP, que homologou o cálculo de penas e indeferiu o pedido de prisão albergue domiciliar.

Inconformado, recorre o agravante argumentando que o agravante, que cumpre pena por duas execuções somadas, e que a data-base para a progressão de regime deve ser feita separadamente para cada execução, requer a exclusão da menção de crime hediondo no cálculo de penas, e requer, ainda, a concessão da prisão domiciliar (fls. 01/15).

Contraminutado o recurso (fls. 105/107), não sobreveio retratação judicial (fl. 109).

A Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo desprovimento do agravo (fls. 116/117).

É RELATÓRIO.

O recurso não procede.

O agravante ostenta TCP previsto para 20/04/2032 (cf. fl. 67).

Verifica-se do presente feito que a unificação das penas, com o respectivo cálculo de penas, observou-se o disposto no art. 111, da LEP, sendo de rigor e restando incontroversa.

O pedido de a retificação do cálculo das penas mediante a utilização de datas base distintas para cada processo somado a fim de que seja realizado o cálculo de progressão de regime distintamente para cada um, não encontra amparo legal.

Vale dizer que, em casos de delitos praticados no curso da execução, impõe-se a alteração da data-base para fins de progressão de regime, para que seja considerado como novo termo inicial a data da prática do último delito (data da falta grave) ou da última prisão (Súmula 534, do Col. STJ).

Ainda, bem lançado pelo M.P. (fl. 106): "(...) *Nessa linha, o cálculo de penas realizado após o somatório da condenação superveniente afigura-se correto, uma vez que considerou como data-base a última prisão em flagrante (10/09/2020), detraindo-se o período de prisão cautelar entre 21/11/2016 a 29/11/2016, não havendo falar em data-base distinta para a pena relativa à condenação superveniente.*

Por fim, ressalta-se que, por limitação do sistema, não há como excluir a menção de “crime hediondo” do cálculo, no entanto, verifica-se que não há qualquer prejuízo ao sentenciado, uma vez que os benefícios foram calculados levando-se em conta a sua natureza comum (fls. 272/275)."

Sustenta, ademais, que faz jus a prisão domiciliar considerando-

se o Habeas Corpus Coletivo nº 143.641 e Habeas Corpus Coletivo 165.704, no entanto, cabe dizer que trata-se de sentenciado que cumpre pena no regime fechado, logo, não preenche os requisitos do artigo 117 da LEP.

Logo, mostra-se acertada a decisão do Juízo de origem ao indeferir o pedido formulado pelo agravante, já que não há fundamento legal para a concessão de prisão domiciliar, observadas as hipóteses taxativas do art. 117 da LEP, em que somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de **regime aberto** e, ao contrário, do pedido formulado o agravante cumpre pena em regime fechado.

Frise-se, a prisão é decorrente de execução de pena definitiva e não de prisão preventiva.

Aliás, embora haja comprovação que seja pai de filho menor de 12 anos, é necessária a demonstração de que seja o único responsável pela criança ou que não possuam outros parentes ou pessoa próxima que dela possa cuidar, sendo esta uma das condicionantes fixadas para a concessão da benesse, no julgamento do HC 165.704 pela 2ª Turma do E. S.T.F. de Relatoria do Preclaro Ministro Gilmar Mendes.

Ainda, bem observado (fl. 106): "(...) *Inicialmente, registra-se que o Habeas Corpus Coletivo nº 143.641 citado pela Defesa não se aplica ao sentenciado, eis que a decisão foi proferida para conceder a prisão domiciliar em favor de mulheres presas gestantes ou mãe de crianças até 12 anos ou de pessoas com deficiência.*"

Por fim, importante ressaltar que, a prisão domiciliar é reservada aos condenados que cumprem suas penas em regime aberto e, ainda que se admita, excepcionalmente, sua concessão a presos mantidos em outros regimes, o deferimento da pretensão estará sempre condicionado à presença das hipóteses previstas pelo artigo 117 da Lei de Execução Penal. No caso dos autos, o simples fato de o agravante ser pai de filho menor de 12 anos não lhe garante o direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

excepcional à prisão domiciliar.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao recurso.

Ulysses Gonçalves Junior

Relator